

COMO CANSA SER ARTISTA NOS TRÓPICOS: INTELECTUAIS E POLÍTICA CULTURAL NO AMAZONAS (1964-1968)

VINICIUS ALVES DO AMARAL*

O crítico Roberto Schwarz observando o painel artístico brasileiro em 1970 chega a conclusão de que o país podia até estar vivendo uma ditadura de direita, mas a hegemonia cultural continuava pertencendo à esquerda. Ele esclarece logo em seguida que

O seu domínio, salvo engano, concentra-se nos grupos diretamente ligados à produção ideológica, tais como estudantes, artistas, jornalistas, parte dos sociólogos e economistas, a parte raciocinante do clero, arquitetos, etc – mas daí não sai, nem pode sair, por razões policiais. Os intelectuais são de esquerda, e as matérias que preparam, de um lado, para as comissões do governo ou do grande capital e, de outro, para as rádios, televisões e os jornais de todo o país não o são (SCHWARZ, 2008: 72).

O veio contestador e opositor é fustigado diversas vezes, mas não é exterminado. Renato Ortiz chama atenção para o fato de que o relacionamento do regime civil-militar com as artes foi plural (ORTIZ, 2012: 87). Por um lado, reprimia a produção cultural, por outro a estimulava. Estimulava? Pode parecer estranho, mas vários órgãos de incentivo às artes foram criados após os expurgos de 1964 e 1965: o Instituto Nacional do Cinema (INC) e o Conselho Federal de Cultura (CFC) surgem em 1966, a Embrafilme em 1969. No ano posterior a reforma administrativa do Ministério da Educação (MEC) e Cultura institui os Departamentos para Assuntos Culturais (DACs), entidades que deveriam ajudar a executar ações culturais.

Antonio Gramsci é categórico ao afirmar que todo governo tem sua política cultural, sendo necessário apenas avaliar se ela é restritiva ou expansiva. O filósofo italiano não nega que ambas podem coexistir nas ações de um mesmo governo (GRAMSCI, 2004: 146-47). Assim sendo, o Estado Novo e a ditadura civil-militar podem ser enquadradas nessa categoria de política cultural “mista”. A contenção autoritária é forte, mas há um pequeno coeficiente de dilatação artística.

* Graduado em História pelo Centro Universitário do Norte (Uninorte) e mestrando em História Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Bolsista do Centro de Aperfeiçoamento de Gente de Nível Superior (CAPES).

Essa pequena zona de incentivo cultural não é uma concessão benévola dos ditadores. Seu objetivo primeiro é conferir uma legitimidade simbólica a um governo implantado sem legitimidade popular. Em outras palavras, construir uma cultura oficial. Para os militares que ascenderam à cúpula do Estado em 1964 interessava resgatar a validade dos símbolos pátrios e reforçar velhos mitos da formação da identidade brasileira, por isso uma das principais bandeiras do CFC foi a preservação do patrimônio artístico e histórico.

A aspiração que perpassa as diferentes administrações é de que as artes sejam integradas a um Sistema Nacional de Cultura, o que não é concretizado. O mais perto que se chegou de centralizar a política cultural do regime civil-militar foi com o Plano Nacional de Cultural, parte do Plano Nacional de Desenvolvimento promulgado pelo presidente Ernesto Geisel em 1975.

Para Sérgio Miceli as atuações de Geisel e de Nei Braga, á frente do MEC, introduziu uma verdadeira ruptura na relação do Estado com a cultura, uma vez que, segundo ele, “foi a única vez na história republicana que o governo formalizou um conjunto de diretrizes para orientar suas atividades na área da cultura” (MICELI apud CALABRE, 2007: 5).

Em segundo lugar, uma das formas de abalar a poderosa influência da esquerda no campo artístico passava pelo dirigismo estatal. A partir dessa perspectiva, a dicotomia entre repressão e legalização da cultura se dissolve. Cada uma servia ao seu jeito a um projeto de normatização intelectual. Afinal, o território conquistado por esse campo nos grandes centros urbanos era muito extenso já na época do golpe. Boa parte dessa autonomia se deve a indústria cultural, que também teve seu crescimento disciplinado pela ditadura.

Emissoras de rádio e televisão eram concedidas geralmente às empresas que apoiavam as diretrizes governamentais para evitar que importantes veículos de comunicação em massa caíssem nas mãos de eventuais adversários do regime. Portanto, o espantoso crescimento da Rede Amazônica, sociedade de dois empresários e um jornalista e ex-delegado do DOPS, torna-se compreensível, uma vez que o próprio

governo, interessado em integrar a região inclusive na mídia televisiva, facilitou e subsidiou a sua instalação nos demais estados que compõe a Amazônia brasileira¹.

A despeito da entrada paulatina da indústria cultural, no início dos anos 60 a paisagem intelectual do Amazonas se encontrava cindida por dois polos: a Academia Amazonense de Letras (AAL) e o Clube da Madrugada (CM). O primeiro fora criado em 1918 por alguns poucos homens de letras que gestavam a ideia de fundar uma organização nos moldes da Academia Brasileira de Letras há tempos. O segundo surgiu em 1954 em uma reunião de jovens boêmios interessados em movimentar culturalmente Manaus a partir de princípios estéticos ligados ao modernismo.

Publicar livros era um verdadeiro desafio. Ou se contava com a benevolência de pequenos mecenas, como José Sérgio Cardoso (dono da Tipografia Fênix), ou do poder público, através da Imprensa Oficial do Estado do Amazonas. O que por si só não impedia uma série de contratempos.

Então como explicar que Manaus receba do pesquisador norte-americano Edward Bradford Burns o título de “líder na produção de livros”? (BURNS, 1967: 111) Ora, Burns está exaltando uma experiência editorial iniciada pelo primeiro governador indicado pela “Redentora”, o historiador Arthur Cezar Ferreira Reis: a Edições Governo do Estado do Amazonas².

Arthur Reis em seu balanço administrativo argumenta que a divulgação cultural era uma atitude essencial para preparar o Amazonas espiritualmente para as mudanças materiais anunciadas pelos militares para a região (REIS, 1967: 183). Uma de suas primeiras iniciativas nesse sentido foi uma Exposição de Livros no prédio do Departamento de Imprensa Turismo e Propaganda do Estado do Amazonas (DIPTEA).

As Edições Governo do Estado seriam criadas por Arthur Reis somente em 1965, reunindo desde estatutos estaduais até prosa de ficção. Poesia também tinha lugar, como

¹ Estamos nos referindo ao jornalista Milton Magalhães Cordeiro que se tornou delegado na segunda metade dos anos 60 e que ao lado do empresário amazonense Phelippe Daou e do empresário carioca Joaquim Margarido fundou a TV Amazonas em 1969. Ele figura até hoje como vice-presidente da emissora (CABRAL, 2013: 5).

² A promoção das Edições Governo do Amazonas por Burns em seu artigo não é gratuita: o seu livro *Manaus, 1910: retrato de uma cidade em expansão* (1966) também foi publicado pela coleção.

a presença do veterano Elson Farias e do novato Aníbal Beça podem confirmar (BURNS, 1967: 113).

Em 1967, correspondentes do *Jornal do Brasil* em um apanhado da produção de livros pelo Brasil identificam um quadro muito diferente após o fim do mandato do historiador: “Informam os editores de Manaus que nunca mais receberam encomendas do Governo e que este sempre se constitui no seu maior cliente, ou especificamente, da Editora Sérgio Cardoso, que atuava sozinha na época” (JORNAL DO BRASIL, 1967: 9).

A reportagem menciona mais duas novas concorrentes para a tradicional Editora Sérgio Cardoso: a Editora Umberto Calderaro e a Casa Madrugada. A primeira pertencia ao proprietário do jornal *A Crítica*. A família Calderaro estava ensaiando a construção de um conglomerado midiático a exemplo da família Marinho no Rio de Janeiro e a editora era mais um passo nesse sentido. A segunda foi uma iniciativa mais modesta que partiu dos sócios do CM como forma de garantir o controle maior sobre suas obras. O empreendimento foi criado em 1956 e conseguiu sobreviver até os anos 80 tendo publicado inclusive trinta livros (TUFIC, 1984: 50).

Além das dificuldades técnicas, como a manutenção constante do maquinário gráfico necessário para a impressão em série, havia outros problemas que “emperravam” o avanço editorial do Amazonas. Talvez o relato de Márcio Souza sobre o trauma de sua primeira publicação illustre melhor essa situação:

Em 1969, lancei O mostrador de sombras [grifo do autor], uma reunião de críticas e ensaios de cinema que eu havia publicado em jornal. Foi editada em Manaus, pela União Brasileira dos Escritores — Seção do Amazonas. Publicaram mil exemplares e os mandaram lá para casa. Você não pode imaginar o que são mil exemplares de um livro. Ocuparam toda a sala da casa da minha mãe. Todo dia, minha mãe me perguntava quando eu tiraria aquelas caixas de lá, pois estavam empoeirando a sala. Eu dizia que estava dando os livros aos amigos. Ela disse: “Descobre logo que você não tem mil amigos”. Meus amigos fugiam de mim. Se encontrasse um, ele me dizia: “Você já me deu três vezes esse livro, pelo amor de Deus, não quero mais saber desse livro”. É mais fácil você se livrar de um cadáver do que de mil exemplares (JORNAL RASCUNHO, 2014).

Não era só difícil publicar livros, mas também vendê-los. A baixa demanda desse produto em Manaus está intrinsecamente ligada à formação histórica da cultura letrada

no Amazonas. O domínio da escrita foi privado por muito tempo à maioria da população. A oralidade, que já era cultivada como tradição cultural entre os povos indígenas, só começou a ser atacada após as reformas pombalinas, que passaram a exigir a existência de uma única língua, o português (FREIRE, 2003: 208). Durante a consolidação do Amazonas enquanto província do império brasileiro o processo de letramento se institucionalizou, mas a duras penas. Só uma pequena elite pode se aproveitar da expansão dos estabelecimentos de ensino e dos órgãos de leitura, como a Biblioteca Pública do Amazonas.

Segundo os estudos de Maria Luiza Ugarte Pinheiro, a imprensa, principalmente as pequenas folhas e os periódicos, conseguiram atrair bastante atenção da população por conservarem um diálogo essencial com a oralidade. Ler jornais em voz alta, socializando as informações contidas nele, era uma prática comum e que ajudou a garantir um local especial da imprensa no cotidiano de expressivas camadas sociais de Manaus (PINHEIRO, 2001).

Sérgio Miceli nos informa que o intelectual profissional surge no país justamente nessa esfera (MICELI, 2001: 54). Publicando o que escreve, ganhando pelo que publica, o escritor brasileiro conquistaria uma gradativa autonomia desde finais do século XIX até as primeiras décadas do século seguinte.

Renato Ortiz destaca que no período abordado por Miceli o intelectual profissional ainda se constituía como *outsider*, embora um incremento do mercado editorial e uma profusão de instituições artísticas tenham ocorrido (ORTIZ, 2012: 82). Faltava um fator essencial para a conformação de um mercado cultural: um público consumidor amplo. Esse passo só seria atingido entre os anos 50 e 60³. Ou melhor, esse passo só seria atingido no Sudeste do país nestas décadas, porque, como os fracassos editoriais comprovam o Amazonas ainda não tinha um número expressivo de consumidores culturais⁴. As primeiras emissoras de televisão se consolidaram na capital

³ Em 1890, 84% da população brasileira era analfabeta. O número reduz para 75% em 1930 e para 57% na década posterior (ORTIZ, 1988: 23-28).

⁴ O Censo Demográfico de 1960 estabelece que de um total de 710, 62 brasileiros natos vivendo na região apenas 200, 545 tinham algum nível de “instrução” (entendida pelos recenseadores como “saber ler e escrever”). Como o censo funde os estados do Acre, Amazonas e Pará em seus cálculos, o número total

amazonense somente em meados de 1970, enquanto as agências de publicidade, como as editoras, tinham existência efêmera. Gravadoras não existiam.

Esse panorama torna compreensível o lamento de Arthur Reis (1968: 158) em discurso para AAL sobre a “riqueza de nossa pobreza” no campo da cultura e a polêmica declaração de Márcio Souza (1978: 19) em *A Expressão Amazonense* de que a região não havia praticamente contribuído em nada para a cultura brasileira. Mesmo sendo intelectuais de posicionamento diferentes (aquele voltado para o conservadorismo e este para o marxismo), ambos concordavam num ponto: a solução para a indigência amazonense, tanto cultural quanto econômica (uma vez que com o ocaso da borracha o estado entrou numa crise financeira que perdurou até os anos 60) deveria ser essencialmente política.

O primeiro a acenar para tal anseio foi o governador trabalhista Plínio Coelho, que inaugurou um dos marcos da política cultural amazonense: o DIPTEA. Fundado em 1963 e dividido em setores para agilizar o seu trabalho, o órgão não teve muita chance de fazer muita coisa. Dentro do órgão, o setor que mais recebeu investimentos foi *A Voz do Amazonas*, um projeto de divulgação radiofônico das atividades administrativas para o interior do Amazonas que contou com a colaboração das rádios Baré, Rio Mar e Difusora do Amazonas (AMAZONAS, 1964: 8).

No Setor de Promoção Cultural, confiado à Moacir de Andrade, muitas iniciativas foram planejadas, mas somente algumas foram executadas antes do golpe: concertos musicais no Teatro Amazonas do Coral João Gomes Júnior e da pianista Jerusa Mustafá e o financiamento da publicação de alguns livros pela Editora Sérgio Cardoso (AMAZONAS, 1964: 10).

Em 1966, a reforma administrativa empreendida por Arthur Reis atinge o DIPTEA que se transforma no DEPRO. Seu primeiro titular foi o jovem Luiz Miranda Corrêa (AMAZONAS, 1967: 10). Pertencente a uma família tradicional da cidade (proprietária da Cervejaria Miranda Corrêa) e vivendo em constante trânsito entre

de amazonenses letrados deve ser menor (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1960: 82).

Manaus e Rio de Janeiro, Luiz Miranda Corrêa conseguiu realizar uma série de eventos culturais.

Em setembro de 1967, o secretário de Educação, Vinícius Câmara, conclama a classe artística local a participar do Seminário de Revisão Crítica da Cultura Amazonense (SRCCA). O anteprojeto de lei que criava o Conselho Estadual de Cultura previa esse “processo de aferição de valores, situando os movimentos e as gerações” (FARIAS, 1967: 9).

O evento ocorreu no Auditório Alberto Rangel do Palácio Rodoviário (atual prédio de Medicina da Universidade do Estado do Amazonas) e contou com palestras de personalidades de cada área: Moacir de Andrade falou das artes plásticas, Luiz Ruas do teatro e do cinema, Jorge Tufic da literatura, Renan Freitas Pinto do patrimônio artístico e histórico, Carlos Eduardo Gonçalves do folclore e Francisco Batista da História. Dados sobre suas falas e o resultado das discussões foram reunidos num documento final publicado na imprensa em 17 de Setembro de 1967.

Como consequência do Seminário, é criada no ano posterior a Fundação Cultural do Amazonas (FCA). A entidade de fomento à produção local é instalada em maio de 1968 e seu primeiro titular foi Elson Farias. Antes mesmo de ser inaugurado o órgão tinha patrocinado a exibição de três peças de teatro e dois recitais do violinista Oscar Borgerth (O JORNAL, 1968: 9).

Na mesma data é implantada também na sede da nova instituição, na Rua Huascar de Figueiredo, a Livraria da FCA, sob direção de Raimundo Bottinelly, que, segundo imprensa, ainda

(...) representará em Manaus a Editora Record e terá à venda a Revista Civilização Brasileira, Cadernos Brasileiros, Cadernos de Cultura, Jornal de Letras, Revista da ABA, Revista Brasileira de Turismo, publicações do Instituto Nacional do Livro, material escolar do Ministério da Educação e Cultura e revistas de cultura, técnicas e de arte (O JORNAL, 1968: 5).

Não era só distribuindo livros que a FCA se propunha a superar o tão propalado atraso da região nas discussões culturais. O novo órgão também criou uma seção voltada para o patrocínio de publicações locais. O livro de poesias *Malária e Outras Canções Malignas* de Aldísio Filgueiras e o folhetim *Galvez, O Imperador do Acre* de

Márcio Souza são lançados pela instituição em 1976. A FCA também passou a organizar os Festivais de Cultura.

Um fato aparentemente contraditório é que Filgueiras e Souza pertenciam a uma geração artística comprometida com a luta contra a ditadura, bem como os grupos teatrais experimentais que surgiram na época e que conquistaram nos Festivais de Cultura alguns prêmios. Sendo assim, como compreender a participação desses personagens no esforço estadual de normatizar a cultura?

Quando se propõe a analisar as linhas mestras do desenvolvimento cinematográfico brasileiro o crítico Jean-Claude Bernardet identifica um canal de comunicação intermitente entre realizadores e o Estado. Mesmo artistas extremamente críticos das diretrizes governamentais cultivavam uma forma de diálogo com o poder, uma vez que era consenso que a produção e circulação de filmes nacionais deveriam passar por uma política de regulação do imperialismo cultural (ou seja, disciplinar a entrada de filmes internacionais que tinham um apelo comercial inegavelmente maior) para que as películas tupiniquins conquistassem seu público (BERNARDET, 2009: 64).

Eis um comportamento muito próximo daquele enraizado na comunidade artística amazonense por conta dos anos de crise. Recorria-se ao Estado, uma vez que se carecia de iniciativas privadas e de um grande público. Mesmo entre elementos mais radicais da classe intelectual, como Filgueiras e Souza, compartilhava-se dessa mentalidade. Portanto, a participação nas malhas da administração estatal era estratégica. Esperava-se que as ações articuladas pelos artistas locais, como o SRCCA e a FCA, fossem suficientes para conferir certa estabilidade ao campo cultural amazonense. Contudo, não é o que ocorre.

Um bom exemplo pode ser encontrado na forma como o governo lidou com o legado arquitetônico de Manaus. Na seção de reivindicações do documento final do Seminário, a criação da comissão de Patrimônio Histórico e Artístico para preservar os prédios e construções espalhados pela capital e pelo interior do Amazonas é considerada

como “uma das mais importantes sugestões apresentadas” (FARIAS, 1967: 9)⁵. No projeto de remodelação da cidade efetuado no mandato do prefeito coronel Jorge Teixeira (1972-1974) vários prédios históricos e logradouros públicos foram demolidos apesar de protestos constantes dos intelectuais. Assim, compreende-se que a Revista do Conselho Estadual de Cultural do Amazonas inicie seu editorial com um *mea culpa* sobre a destruição de praças e jardins, além da mutilação do Porto de Manaus, o folclórico Roadway dos tempos da borracha (CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DO AMAZONAS, 1986: 7-8).

Schwarz alerta que os artistas que entraram tanto no poder quanto na indústria cultural para implodi-las estavam apostando em uma jogada fadada ao fracasso, uma vez que a lógica estatal e mercantilista poderia facilmente corromper seus objetivos. Porém, Bernardet assinala que imputar ao Estado toda a responsabilidade pelos fracassos é também um poderoso álibi: segundo o crítico belga-brasileiro, ao fazer isso “(...) os produtores culturais reconhecem-se como dependentes da atuação do Estado e tecem uma história da cultura em que eles próprios se colocam como objetos e não sujeitos, da vida cultural” (BERNARDET, 2009: 69).

Portanto, avaliar adequadamente as consequências dessa política cultural realizada em tempos conturbados requer uma boa dose de cautela. Além do discurso oficial e da memória tradicional, que se utiliza da “renascença cultural” empreendida por Reis e Areosa para justificar a falácia de uma “ditabranda” na região Norte, é preciso também analisar o heterogêneo corpus documental construído pelos artistas locais, com o devido cuidado para não incorporar acriticamente certo ranço corporativista que aflora aqui e acolá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AMAZONAS. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em sessão ordinária de 15 de Março de 1964, pelo Governador Dr. Plínio Ramos Coelho. Manaus: Imprensa Oficial, 1964.

⁵ Documento final – Seminário de Revisão Crítica da Cultura Amazonense. O Jornal, Manaus, 17 Set. 1967, p. 9.

_____. Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em sessão ordinária de 15 de Março de 1967, pelo Governador Danilo Duarte Mattos Areosa. Manaus: Imprensa Oficial, 1967.

BERNARDET, Jean-Claude. *Cinema brasileiro: propostas para uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BURNS, Edward Bradford. A report from Brazil: recent publishing in Amazonas. *Luzo-Brazilian Review*, vol. 4, n. 1, Winconsin (University of Winconsin Press), Jun. 1967.

CABRAL, Eula Dantas Taveira. O poderio da Rede Amazônica de Rádio e Televisão no Norte do Brasil. XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Manaus, 04-07 Set. 2013.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanços e perspectivas. Anais do III Encontro de Estudos Multidisciplinares de Cultura, Bahia, 22-27 Mai. 2007.

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURAL DO AMAZONAS. Revista do Conselho Estadual de Cultura do Amazonas, n. 1, Jul. 1986.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere: Intelectuais, o princípio educativo, jornalismo*. Vol. 2. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Luís S. Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

FARIAS, Elson. Seminário de Revisão Crítica da Cultura Amazonense – Documento final. *O Jornal*, Manaus, 17 Set. 1967, p. 9.

FREIRE, José Ribamar Bessa. *Da língua geral ao português: Para uma história dos usos sociais das línguas na Amazônia*. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro: Instituto de Letras, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico de 1960: Acre-Amazonas-Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

JORNAL DO BRASIL. Movimento editorial brasileiro. Suplemento do Livro, 16 Nov. 1968.

JORNAL RASCUNHO. Paiol Literário: Márcio Souza (setembro de 2011).

Fonte: <http://rascunho.gazetadopovo.com.br/marcio-souza/>. Acesso em: 25 nov. 2014.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais á brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

_____. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

O JORNAL. *Fundação Cultural do Amazonas foi instalada ontem*. Manaus, 09 de Maio de 1968.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Tese (Doutorado em História) – Pontífice Universidade Católica de São Paulo: Departamento de Estudos Pós-Graduados de História, 2001.

PINHEIRO, Raimundo Nonato. A caminho da Acrópole literária. *Revista da Academia Amazonense de Letras*, n. 11, Manaus, Maio de 1963.

SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Companhia de Letras, 2008.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Como Governei o Amazonas*. Manaus: Secretaria de Imprensa e Divulgação do Estado do Amazonas, 1967.

_____. Elogio a Estelita Tapajós. *Revista da Academia Amazonense de Letras*. n. 12, Manaus, Jul. 1968.